

O Estado de S. Paulo

19/5/1984

Notas e informações

A reflexão global que o momento exige

Do rescaldo desses episódios que, nesta semana que finda, trouxeram à população do Estado de São Paulo ansiedade e insegurança, no Interior e na Capital — e nos referimos ao grande tumulto provocado pelos bóias-frias em Guariba, às agitações em Monte Alto e à greve dos motoristas e cobradores de ônibus nesta cidade, felizmente frustrada, mas que resultou em 352 ônibus depredados —, devemos extrair uma reflexão global sobre o delicado, grave, importantíssimo momento sócio-econômico e político que o País atravessa. Acima de tudo porque o fato de tais episódios terem chegado ou virem a chegar a termo, ou serem contidos antes de alastrar-se rumo ao imprevisível, não significa que também terminados estarão os problemas ou as causas que os desencadearam. Conseqüentemente, garantias não haverá de que não se repitam.

Uma reflexão global leva-nos a concluir, forçosamente, que esses complexos, difíceis e por certo traumatizantes problemas só haverão de desaparecer na medida exata da aceleração de nosso progresso — econômico, político e social. Situam-se eles, com efeito, no bojo de nossa caminhada em direção à plena democracia — e justamente aí reside o aspecto mais delicado da questão: se ainda estamos em caminhada, em percurso rumo ao destino democrático que todos almejamos, qualquer erro pode ter conseqüências desastrosas, fatais mesmo, em relação à desejada meta.

É evidente que, ao chegarmos a uma democracia firmemente consolidada, movimentos de pressão de categorias profissionais ou grupos sociais, embates, confrontos, haverão de ser rotineiramente absorvidos — pois, em qualquer parte do mundo em que tenha vingado o regime democrático é o que mais obtém ou o único a obter êxito na absorção e na harmonização das divergências.

Sem dúvida alguma, a exigência maior de momentos tais como o que atravessamos é a de que todas as partes envolvidas saibam muito bem assumir suas próprias responsabilidades. Com freqüência temos criticado o governo estadual — para não falarmos do federal, que em última instância é o grande responsável por esse estado de coisas — quando, em outros episódios semelhantes, hesitou ou não soube como agir. Reconhecemos, contudo, que a atual administração paulista vai aprendendo a agir, na medida em que já consegue adotar soluções mais rápidas, tempestivas. É de esperar, pois, que o governo de São Paulo não se furte à adoção do lema expresso na velha frase de que “é melhor prevenir do que remediar”.

Quanto aos trabalhadores rurais, esta verdadeira nova classe — pois que por injustiça nem assim se designavam antes os homens do campo —, é preciso, antes de mais nada, reconhecer-lhes o pleno direito de organizar-se como categoria profissional, da mesma forma que os operários urbanos. Estes últimos, é verdade, já estão em melhores condições de assumir suas responsabilidades, em face do estágio já atingido pelas estruturas sindicais urbanas. Daí a extrema cautela, e mais, a compreensão especial que se haverá de ter em relação à gente sofrida, a gente injustiçada do campo, que, se em tantos setores da agricultura e da pecuária estão a produzir riquezas, acima de tudo merecem os justos quinhões das riquezas que produzem.

Se falamos das responsabilidades do governo e das dos trabalhadores, devemo-nos referir, agora, à responsabilidade maior que cabe às classes produtoras, empresariais, patronais, nesse delicado momento sócio-econômico. Estas são as classes que devem estar mais

conscientes e preparadas para resolver os problemas sociais que suas atividades implicam. É preciso que tenham nitidamente em mente que progresso real só há com todos participando dele, empresários e trabalhadores. A ganância não leva a nada, somente a situações que poderão resultar em destruição do próprio progresso. Por outro lado, se, na situação econômica em que nos encontramos, empresas existem com ótimo desempenho, enquanto outras se defrontam com uma série enorme de dificuldades resultantes de uma fase conjuntural crítica, necessário se torna que seus titulares descubram, na justa medida, as suas possibilidades de atendimento às reivindicações de seus trabalhadores, de molde a assegurar a permanência, a sobrevivência das fontes de produção de riquezas — o que equivale dizer, significará a sobrevivência de ambas as partes.

(Página 3)